ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA REALIZADA A 10 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um pelas onze horas e 24 minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira em sessão ordinária.

Nesta reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros:

Presidentes de Câmaras Municipais:
José Gabriel do Álamo de Meneses – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Presidentes de Assembleias Municipais:
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. (Vice-presidente da Mesa).
Paulo Manuel Martins Luís – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. (1º Secretário da Mesa).

Membros eleitos pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo:
Carlos Henrique da Costa Neves, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Membros eleitos pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória:
José Adriano Meneses Laranjo, Maria Judite Gomes Parreira, Valdemar Manuel Dias Toste, Valter Manuel Linhares Peres.

Presidentes de Juntas de Freguesia da ilha Terceira:
João Paulo da Costa Moniz – Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (AH).
Maria Cecília Narciso V. Sousa Costa – Presidente da Junta de Freguesia da Sé (AH).
Paulo Rui Pacheco de Sousa – Presidente da Junta de Freguesia das Fontinhas (PV).

Representantes dos setores empresariais:
Marcos Duarte Machado do Couto – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. (Presidente da Mesa).
Helga da Rocha Barcelos – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Representantes dos movimentos sindicais:
José Manuel Pimentel Dias – UGT.
Vítor Silva – CGTP.

Representantes das associações agrícolas:
Francisco Ventura – Associação Agrícola da Ilha Terceira.
João Ângelo – FRUTER.

Representante das associações não-governamentais ligadas à área do ambiente:
Paulo José Mendes Barcelos – Os Montanheiros.

Representante das associações de Defesa da Igualdade de Género:
Raquel Azevedo Silva Cardoso Costa – UMAR.

Representante da Universidade dos Açores:
Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho.

Deputados:
Andreia Costa (PS), **Tiago Lopes** (PS).

Ausências justificadas:

Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social:
João Canedo Reis – URIPSSA.

Ausências não justificadas:

Representante das associações do setor das pescas:
Paulo Rogério Pereira de Melo – Associação Terceirense de Armadores.

Deputados:
Berto Messias (PS), **Sérgio Ávila** (PS), **Rodolfo Franca** (PS), **Luís Soares** (PSD), **Paulo Gomes** (PSD), **Rui Espínola** (PSD), **Guilhermina Silva** (PSD), **Pedro Pinto** (CDS-PP), **Alexandra Manes** (BE).

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Muito bom dia a todos. Começo por agradecer a confiança em mim depositada para este primeiro mandato do Conselho de Ilha. Como representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, espero estar à altura da responsabilidade de presidir a um órgão com a importância deste Conselho de Ilha.

Na sequência da tomada de posse dos órgãos deste Conselho, estamos a reunir hoje para apreciarmos a proposta de plano do Governo Regional dos Açores para 2021/2022 com vista à emissão de um parecer que tem que ser apresentado até ao dia 17 de novembro, daí a urgência de todo o processo.

Por ser a primeira vez que assumo um cargo destes, peço desde já a vossa compreensão para a eventualidade de algum erro de protocolo da minha parte. Estão abertas as inscrições para os senhores conselheiros que pretendam intervir na discussão da proposta em análise.

Sr. conselheiro José Pimentel Dias (UGT): Muito bom dia. Começo por dar os parabéns ao senhor presidente e aos restantes membros da Mesa pela vossa eleição e gostaria de saber qual o prazo de que este Conselho de Ilha dispõe para emitir este parecer.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): O parecer terá que dar entrada na Assembleia Legislativa Regional na quarta-feira dia 17 de novembro.

Sr. conselheiro José Pimentel Dias (UGT): Visto que hoje é dia 10 e a convocatória foi feita no dia 8, devido à extensão dos documentos deste plano e orçamento, sugiro a marcação de uma nova reunião para a próxima segunda-feira para dispormos de mais tempo para a elaboração de um parecer oportuno, mais estudado e fundamentado.

Sr. conselheiro Domingos Cunha (presidente da AMAH): Começo também por saudar o senhor presidente da Mesa, desejando-lhe as maiores felicidades e sucesso no desempenho desta função, certo de que todos daremos de forma satisfatória, o nosso contributo em defesa dos interesses da ilha Terceira.

Na sequência da intervenção do senhor conselheiro José Pimentel Dias, é preciso esclarecer que este processo decorreu desta forma devido à urgência do Conselho de Ilha em se pronunciar sobre a proposta de plano para 2022, cujo prazo, de acordo com o que foi remetido pelo Governo Regional, termina a 17 de novembro. Ora, se cumpríssemos todos os prazos legais que estão no decreto legislativo regional que cria os Conselhos de Ilha, de acordo com o que está previsto, este Conselho apenas iniciaria as suas funções com legalidade em janeiro. Assim sendo, a ilha Terceira não teria a possibilidade de emitir qualquer parecer sobre este plano, algo que não pode acontecer, daí esta urgência e celeridade.

Tive a oportunidade de conversar com o líder da coligação e com outros parceiros sobre esta questão, chegou-se à conclusão que os prazos não poderiam ser cumpridos e, das duas, uma: seríamos muito cumpridores em relação ao que está na legislação e o Conselho de Ilha não seria instalado nem poderia emitir qualquer parecer, ou chegaríamos a um acordo intermédio para procedermos à sua instalação, dispondo assim de algum tempo para a emissão de um parecer que me parece fundamental e imprescindível neste momento. Assumo a responsabilidade desta condicionante acerca dos prazos e fica aqui a explicação aos senhores membros do Conselho para que percebam o procedimento que foi adotado.

Sr. conselheiro José Pimentel Dias (UGT): Agradeço o esclarecimento do doutor Domingos Cunha. Não me preocupa a forma da convocação desta reunião, mas sim, o prazo demasiado curto de que dispomos para a emissão de um parecer. Proponho que adiemos isto por alguns dias para que este Conselho possa analisar melhor esta proposta com vista à emissão de um parecer mais fundamentado.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Cumprimento todos os senhores conselheiros, partilhando convosco o prazer de fazer parte deste Conselho de Ilha, algo que me acontece pela primeira vez, daí a minha escassa experiência neste domínio.

Estando também eu a iniciar estas funções, gostaria de felicitar o novo presidente do Conselho de Ilha e a respetiva Mesa, desejando-lhes muito sucesso.

De acordo com a perspetiva de um conjunto de conselheiros aqui presentes que partilham a mesma formação política que eu, gostaria que desmaiássemos as cores políticas e partidárias e encontrássemos pontos de consenso à volta dos interesses legítimos da ilha Terceira. Estamos prontos para arrastar para aqui os compromissos sem discordâncias ou a preocupação de que a nossa posição deixe de servir qualquer força política ou o Governo Regional, seja qual for a sua ideologia, porque há interesses da nossa ilha que estão muito para além de tudo isso.

No seguimento da intervenção do senhor presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo a respeito dos prazos, queria confirmar o excelente clima de diálogo que mantivemos ao longo de todo este processo preparatório em que tudo foi visto e seguido com atenção. Gostaria também de o cumprimentar e agradecer que assim tenha sido.

Sinto-me numa situação difícil porque tivemos que nos encaminhar por uma solução prática, caso contrário e como disse o doutor Domingos Cunha, teríamos que aguardar 45 dias pela indicação das instituições quanto aos seus representantes e não haveria parecer em relação ao plano de 2022 visto que, quando o fizéssemos, o mesmo estaria já em vigor, daí esta antecipação e aceleração de convocatórias.

Seguindo a chamada de atenção do doutor Pimentel Dias representante da UGT, estando todos recentemente aqui empossados, alguns de nós talvez conheçam o plano devido a outras funções, mas outros, decerto não o conhecem. Temos aqui um documento proveniente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que nos dá uma grande ajuda porque recolhe uma série de preocupações em relação ao concelho de Angra e outras mais genéricas relacionadas com os transportes aéreos. A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal da Praia da Vitória não tiveram oportunidade de produzir idêntico documento ou fazer este tipo de abordagem porque, como sabem, houve uma recente alteração nos responsáveis primeiros daquela autarquia.

Temos um parecer interessante da AICOPA (Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores) mas, em termos práticos, como vamos elaborar um parecer do Conselho de Ilha? Vamos todos para casa pensar e voltamos com contributos? Não vejo como poderemos fazer um trabalho prático de criação de um documento que possa ser consensual num Conselho que, neste momento, tem reunidas 23 pessoas. Criamos um pequeno comité representativo dos 23 que depois submete esse parecer ao Conselho de Ilha ou, como apontava o doutor José Pimentel Dias, voltamos aqui na próxima segunda-feira conhecendo já o documento, mas na mesma situação em que estamos hoje? Sei que é difícil mas coloco esta questão ao senhor presidente da Mesa.

Creio que a Câmara do Comércio já elaborou um parecer, assim como outras entidades da área da agricultura e das pescas noutros areópagos, mas não sei como chegaremos a um documento que possa merecer um compromisso por parte deste Conselho de Ilha.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Saúdo todos os senhores conselheiros e faço minhas as palavras do senhor conselheiro Carlos Costa Neves no que diz respeito ao espírito que nos traz aqui porque, mais importantes do que as cores partidárias, são as questões da ilha e serão muito mais os pontos de encontro entre nós do que aquilo que, eventualmente nos dividirá.

O que vos vou dizer resulta da minha experiência de oito anos neste Conselho, alguns dos quais na qualidade de presidente da Mesa. Tem sido norma a realização de um debate para se perceber o sentido das preocupações do parceiro, cabendo à Mesa a redação do documento que posteriormente é remetido aos senhores conselheiros para revisão, procedendo-se depois ao seu envio.

Não é possível que todos façamos em conjunto a redação de um parecer. Além disso, e dando razão ao senhor conselheiro Pimentel Dias, alguns dos senhores conselheiros terão recebido este documento muito recentemente, ontem ou até hoje mesmo. Olhando para a dimensão do documento que aqui tenho impresso, percebo que muitos dos senhores conselheiros aqui presentes necessitem de mais algum tempo para o analisarem.

De acordo com o documento enviado pela Assembleia Legislativa Regional, temos que entregar o parecer no dia 17 de novembro, o que nos permite dispor de algum tempo. Assim sendo, sugiro à Mesa que coloque à consideração dos senhores conselheiros a decisão sobre a emissão imediata do parecer ou se preferem dispor de mais algum tempo para analisarem o documento.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Poderemos elaborar um documento prévio com base nos pareceres existentes que será enviado a todos os presentes para avaliação ou optamos pelo agendamento de uma nova reunião do Conselho de Ilha para a próxima terça-feira dia 16 de novembro, visto que não tenho disponibilidade na segunda. Assim, todos terão oportunidade de conhecer melhor o documento em questão, embora tenhamos um curto espaço de tempo para redigirmos e aprovarmos um parecer que terá que dar entrada no dia 17.

Temos que ponderar bem estas duas soluções. Podemos ouvir a opinião de todos os senhores conselheiros para tentarmos chegar a um consenso a respeito da elaboração de um texto que seria enviado a todos com a maior brevidade possível. Seriam feitas as adendas necessárias ao documento por parte de cada conselheiro num prazo máximo de 24 horas para que o pudéssemos validar e remeter no dia 17 de novembro. Se reunirmos a 16 de novembro, parece-me um pouco arriscado devido à escassez de tempo para discutir, avaliar e produzir um documento para enviar no dia seguinte. Deixo à vossa consideração.

Sra. conselheira Helga Barcelos (CCAH): Muito bom dia a todos. Sugiro que aproveitemos esta reunião para uma primeira abordagem e discussão das ideias de todos os senhores conselheiros aqui presentes, o que não invalida o agendamento de uma reunião

extraordinária do Conselho de Ilha para a próxima terça-feira dia 16 de novembro. Assim, poderá haver mais alguns contributos para finalizarmos este documento em conjunto.

Sr. conselheiro José Pimentel Dias (UGT): A UGT não tem condições para expressar hoje a sua opinião. Face ao limite de prazos e visto que o senhor presidente da Mesa não estará disponível para nos reunirmos na próxima segunda-feira dia 15, proponho que nos voltemos a reunir depois de amanhã sexta-feira porque assim teremos algum tempo para darmos os nossos contributos acerca deste plano.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Esta reunião foi marcada para hoje porque estarei ausente da ilha a partir de amanhã e só regresso na próxima segunda-feira. Volto a insistir que deveríamos ouvir hoje as opiniões e os contributos dos que estão aqui presentes com vista à redação de um texto a enviar a todos os senhores conselheiros e proponho que nos voltemos a reunir na próxima terça-feira dia 16 já na posse de um documento previamente avaliado, ao qual poderemos acrescentar algumas adendas. Deste modo evitamos reiniciar todo este debate para não perdermos mais tempo nem a oportunidade de nos pronunciarmos sobre o plano.

Sr. conselheiro Paulo Barcelos (Os Montanheiros): Tendo em conta que alguns dos senhores conselheiros não tiveram a oportunidade de ler e analisar o plano tão profundamente quanto desejariam, da mesma forma que a Câmara Municipal nos disponibilizou um documento dando conta das suas preocupações, talvez os senhores conselheiros possam enviar também as suas opiniões de forma escrita por correio eletrónico até à próxima sexta-feira. Assim, o pequeno grupo de trabalho que venha a ser criado poderá compilar todas as sugestões num único documento que seria analisado por todos até à próxima segunda-feira de manhã e apresentado para retificação e aprovação na reunião do Conselho de Ilha da próxima terça-feira dia 16 de novembro.

Sr. conselheiro Valter Peres (AMPV): Cumprimento e congratulo a Mesa pela recente eleição e saúdo também os restantes conselheiros. Concordo com a sugestão apresentada pela senhora engenheira Helga Barcelos e validada por si. Já que estamos aqui e sabendo que alguns dos senhores conselheiros não tiveram oportunidade de ler o documento, há gente que o fez e poderá ter já opinião e algum trabalho feito que deve ser aproveitado para servir de base, tornando mais fácil a emissão de um parecer na reunião da próxima terça-feira dia 16.

Sr. conselheiro José Pimentel Dias (UGT): A UGT fará chegar até sexta-feira o seu parecer ao *e-mail* do Conselho de Ilha visto que não nos é possível fazê-lo hoje.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Fazendo um apanhado e seguindo a sugestão do senhor conselheiro Paulo Barcelos, receberíamos até sexta-feira os pareceres individuais de cada uma das entidades aqui representadas e faríamos um texto resumido contendo todas essas propostas, que seria enviado na segunda-feira para podermos reunir na terça-feira dia 16 de novembro com vista à criação de um texto final. Contudo, nada impede que façamos agora um debate mais ou menos alargado com as intervenções

dos senhores conselheiros que assim o entenderem. Posto isto, colocaríamos esta proposta à votação para que a mesma seja devidamente validada.

Vejo que a proposta foi aprovada por unanimidade. Passemos então à discussão do documento, sendo que as ideias aqui apresentadas serão posteriormente refletidas na síntese que tentaremos elaborar até à próxima segunda-feira.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Análise e discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – Plano Regional Anual para 2022, com vista à emissão de um parecer por parte do Conselho de Ilha da Terceira sobre a referida proposta.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Do ponto de vista estrutural e dos grandes eixos, o plano que aqui temos não difere grandemente dos outros a que estamos habituados, ou seja, não há nenhum aspeto extremamente inovador nem algo fora do padrão habitual dos planos dos últimos 20 ou 30 anos. Já os conheço há uns tempos alargados e não se verifica aqui nenhuma quebra de padrão. Contudo, gostaria de chamar a atenção dos senhores conselheiros para um conjunto de aspetos.

Deixando as discussões de debate político geral para os senhores deputados, vou ater-me apenas às questões que dizem respeito à ilha Terceira e não àquelas que constam diretamente no plano porque a nossa vida não se faz apenas dos investimentos materiais ou imateriais que aqui são referidos.

O documento que foi elaborado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo refere questões que foram colocadas numa numeração à parte, obviamente relacionadas com ações enunciadas no plano, mas existem situações respeitantes às necessidades da ilha que deveriam estar repartidas por várias ações e merecem a nossa análise.

Começo por chamar a atenção para uma situação que me parece imensamente falível. Olhando para a desagregação espacial do investimento previsto no plano, vemos que estão previstos para a ilha de S. Miguel 375 449 000,00 € e para a ilha Terceira 210 600 000,00 €, números que, à primeira vista parecem muito razoáveis dada a diferença da densidade populacional, mas esta análise falha logo na mesma página.

Se me quiserem seguir, no ponto 10.10 – Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas, aquele de que mais nos queixamos, estão previstos para a ilha Terceira 33,7 milhões de euros, enquanto podemos constatar o valor de 36 milhões para a ilha de S. Miguel. Não consigo perceber estes 33,7 milhões, que apenas estão aqui imputados para efeitos de empolamento, porque o valor teria que ser diferente se dependesse da lógica da densidade populacional. Este valor final destinado à ilha Terceira está extraordinariamente empolado mas não se trata apenas disso. Para as áreas da Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder local e Comunidades, a ilha de S. Miguel tem previstos 20 000,00 €, enquanto a Terceira tem quase 3 milhões. A solidariedade e a

habitação acontecerão apenas na ilha Terceira? Estes valores distorcem completamente a soma.

Quando olhamos para aquilo que verdadeiramente interessa, no que respeita às obras o ponto 12 refere 45, 7 milhões de euros para a ilha de S. Miguel e apenas 4,1 milhões para a ilha Terceira, ou seja, vemos aqui aplicada uma escala de 1 para 10. Para o transporte aéreo, uma área em que a ilha Terceira tem uma importância fundamental e onde a SATA tem a sua base, existem 36, 33. Este plano contém o artifício claro de empolar o investimento imaterial previsto para a ilha Terceira que normalmente seria mais difícil de localizar e não pode ser aplicado com uma chave destas. Ao menos, tivessem a decência de imputar em função da população da ilha ou de outro qualquer critério que fôssemos capazes de perceber.

Se olharmos para a distribuição de verbas pelas restantes ilhas, a que vem a seguir é o Faial com 71 milhões de euros e reparem que a SATA dispõe de 113 milhões no que respeita ao transporte inter-ilhas. A SATA é a terceira ilha neste plano e aí não há artifício nenhum, é uma verba única que ali está. Não fiz as contas para o Faial ou para outra ilha qualquer mas existirá eventualmente o mesmo artifício que acontece em relação à ilha Terceira. Este é um plano que está a privilegiar de uma forma assustadora uma empresa e uma ilha, uma situação que não me parece aceitável.

Quanto aos que estão devidamente desagregados e previstos para a ilha Terceira, saúda-se aqui um investimento bastante substancial na aerogare das Lajes, a única novidade neste plano. Tudo o resto são investimentos de continuação e conheço bem alguns deles, cujo valor não chega sequer para os compromissos já existentes. Dou como exemplo a igreja de Santo António dos Capuchos e do Livramento, com uma verba destinada de 100 mil euros, quando a contribuição mínima governamental para esta obra já lançada, deveriam ser, pelo menos, 300 mil euros.

As questões que dizem respeito às estradas merecem também alguma atenção da nossa parte porque a desigualdade é assustadora e é fundamental um grande investimento nesta área. Para não dizerem que estou a falar mal das vias do Governo, as estradas da ilha Terceira, incluindo as da Câmara de Angra, estão num estado miserável. Admitindo que a ilha de S. Miguel tenha o dobro das estradas, a diferença entre o investimento nesta área em ambas as ilhas é mais uma vez na casa de 1 para 10, algo que não me parece aceitável e merece o nosso protesto.

Indo agora para as questões mais imateriais, aquelas que dizem essencialmente respeito aos transportes aéreos e marítimos, foi tornada pública uma notícia em que o aeroporto de Ponta Delgada assumia a sua centralidade, o que me parece ter partido de uma posição governamental. Há uns tempos, decorreu um interessante episódio em que o concurso para o serviço público da SATA teria sido parado pelo senhor vice-presidente do Governo porque não atendia os interesses da ilha Terceira e agora vimos que foi adjudicado um serviço que atende ainda menos em relação ao que foi proposto na altura. Não sei o que aconteceu e provavelmente não houve paragem nenhuma porque foi agora

anunciada esta adjudicação que, fazendo fé nas declarações do senhor secretário regional competente nessa matéria, é bastante pior do que a proposta que aqui rejeitámos de forma unânime.

Para que não se pense tratar-se de uma questão partidária, a situação do transporte aéreo é um problema antigo que já percorreu vários governos regionais; continua a cavar como as tempestades de inverno e está cada vez pior, por isso temos que olhar para isto com olhos de ver.

O transporte marítimo é outra questão que muito nos tem preocupado e sobre a qual, este Conselho já se pronunciou por diversas vezes. Trata-se de uma matéria um pouco dispersa e mais difícil de analisar aqui porque não tem uma expressão orçamental clara e merece também alguma expressão. Sem querer tirar o espaço à minha colega da Praia da Vitória, saúda-se o investimento já em curso feito no porto da Praia, mas o valor de 75 mil euros não chega sequer para fazer o primeiro risco do projeto do cais de cruzeiros. Esta é uma questão que diz respeito a toda a ilha, à qual a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo tem também dedicado todo o interesse e empenho.

Como tem sido tradição, as entidades costumam entregar um documento com as suas preocupações mais pontuais de estrada aqui e buraco acolá, digamos assim. Foi o que fez a Câmara de Angra porque é preciso lembrar também esses problemas que são importantes, mas não são os grandes traços de investimento que a ilha Terceira tanto necessita. Peço aos senhores conselheiros que leiam também esse documento que ficará anexo, perspetivando-se como um contributo indireto para o parecer global deste Conselho de Ilha.

Sr. conselheiro Nuno Melo Alves (AMAH): Sendo esta a minha primeira participação neste mandato, felicito todos os membros do Conselho de Ilha e o senhor presidente da Mesa pela sua eleição. Conheço os meandros de parte deste documento, mais numa ótica técnica do que numa visão política. Na sequência de algumas situações referidas pelo senhor presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, há aqui dois ou três aspetos genéricos que poderão ser úteis à apreciação dos documentos que faremos nos próximos dias.

Relativamente à distribuição por ilhas e aos condicionamentos existentes no âmbito dos financiamentos comunitários, alguns destes investimentos são verbas já inscritas no PRR, um plano cuja forma de construção teve também a ver com a maturidade e exequibilidade dentro de limites extremamente apertados. O PRR não se assemelha a um programa operacional a que estejamos habituados e implica um procedimento rígido e uma necessidade absolutamente binária de cumprimento de metas. É um sim ou um não, cem ou zero, sem que exista a possibilidade de aplicação de 50% ou de 99,99%. A sua estruturação, que foi sendo feita desde abril ou maio de 2020 e resultou numa primeira versão aprovada a 14 de outubro desse ano, exigiu um grau de maturidade e exequibilidade muito objetiva e a curto prazo, de vários investimentos que lá constam.

Na parte das obras, existem incluídas e previstas para a ilha de S. Miguel, pelo menos duas vias com financiamentos do PRR que podem ajudar a explicar este diferencial de 45 milhões para aquela ilha versus os 4 milhões para a Terceira. Uma delas é uma variante das Furnas e uma outra cujo contrato estará finalizado até ao fim do ano. Tratando-se de estradas que estavam já em desenvolvimento com estudos de impacto ambiental e condições para avançar, houve prioridade ao nível do recebimento e aproveitamento dos fundos comunitários, uma opção tomada pelo anterior Governo e mantida pelo atual no sentido de privilegiar investimentos com alguma maturidade. Desconheço o critério de distribuição qualitativa de verbas em relação aos transportes aéreos e à SATA e não estou a dizer que seja esta a justificação respeitante às obras. Apenas deixo estas pistas no sentido de ajudar a analisar melhor os documentos.

Há questões muito interessantes neste memorando, sobre as quais nos pronunciámos já favoravelmente no mandato passado da Assembleia Municipal, uma iniciativa do grupo municipal do CDS-PP que originou uma espécie de pontapé de saída para a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia que aprovou por unanimidade uma pronúncia de reivindicações para a ilha Terceira que teve também eco no Conselho de Ilha anterior.

Estamos a falar de um plano anual que não reflete a totalidade dos desenvolvimentos previstos ao longo dos quatro anos, ou seja o que for, no caso das execuções de fundos comunitários. Não faço uma apreciação quantitativa ou qualitativa, apenas tento ajudar em termos da tipologia de apreciações, os membros do Conselho de Ilha e as diversas entidades aqui representadas.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): É muito importante o que foi dito nesta intervenção mas quando falamos de estradas e da maturidade dos projetos, no caso da ilha Terceira, trata-se essencialmente de recargas e arranjos de estradas em que a questão do projeto, decerto se resolveria no mês imediato.

Gostaria de chamar a atenção para o ponto 2.1 respeitante à construção de estradas regionais em que o financiamento provém do plano da região e de eventuais fundos comunitários e não do plano de resiliência. Para circuitos logísticos na ilha de S. Miguel existem 2,6 milhões de euros e vemos apenas 25 000 euros destinados aos circuitos logísticos da ilha Terceira. É aqui referida uma outra beneficiação em repavimentação de estradas regionais no valor de 104 580,00 € que penso tratar-se daquele arranjo ao pé da rotunda da TERAUTO. Este valor dá apenas para cerca de duzentos metros de estrada, mais coisa, menos coisa.

No ponto 12.6 – Execução do Plano de Recuperação e Resiliência, temos 400 000,00 € para circuitos logísticos terrestres na Terceira e 6 450 000,00 € para circuitos logísticos terrestres em S. Miguel. No que respeita a fundos próprios do Governo existe uma enorme diferença com 2,6 milhões de euros para um lado e 130 mil para o outro. Quando olhamos para a questão da resiliência, não consigo perceber este profundo desequilíbrio de 6,4 milhões para 400 mil.

Fala-se na maturidade dos projetos mas, que eu saiba, no caso da ilha Terceira não há nenhum projeto para novas estradas. Quanto se trata de arranjos de estradas ou de tapar pequenos buracos, a questão do projeto não é impedimento e tudo se resolve rapidamente porque não há novos traçados, etc. Não me parece que a questão da maturidade dos projetos explique esta diferença tão substancial.

Sr. conselheiro Nuno Melo Alves (AMAH): Como o senhor presidente da Câmara bem sabe, a manutenção de estradas está impedida de cofinanciamentos comunitários desde há largos anos. Quanto à resiliência, trata-se de intervenções de fundo, referindo requalificações e não manutenções. Há um regime de exceção em relação aos fundos estruturais como o FEDER e o FSE e terão que ser cumpridos cerca de 60 milhões de euros previstos em circuitos logísticos distribuídos ao longo da sua vigência até 2025 que, como é óbvio, não serão concretizados no mesmo ano. Estou a falar de memória porque organizo e preparo a questão dos financiamentos mas não passa pelo meu departamento qualquer intervenção em termos logísticos e de execução. Julgo serem cerca de dez intervenções de fundo em circuitos novos ou profundamente remodelados que abrangem várias intervenções de alguns quilómetros na ilha Terceira. São 60 milhões de euros distribuídos até ao ano de 2025, o plano está publicado e pode ser consultado no *site* da Direção Regional de Planeamento e Fundos Estruturais.

Quanto às conservações e manutenções, é perfeitamente pertinente o que disse o senhor presidente da Câmara, até porque essas não têm qualquer cofinanciamento comunitário, e as considerações que fiz não explicam essa diferença de 2,6 milhões versus 200 mil.

Sra. conselheira Andreia Costa (PS): Desejo um muito bom dia ao senhor presidente do Conselho de Ilha e à Mesa recém-eleita e às senhoras e senhores conselheiros aqui presentes empossados esta manhã. Reconhecendo a prioridade de intervenção por parte de quem tem assento pleno neste Conselho e com direito a voto, gostaria de expressar também aqui algumas considerações.

Estes documentos são especialmente importantes, assim como aquele que foi aprovado em abril. Estamos perante uma excecionalidade de financiamentos comunitários que têm a ver com a bazuca, com o PRR e com os fundos estruturais que se avizinham. A importância destes documentos é por todos reconhecida devido ao momento que vivemos de retoma de uma crise de saúde pública que nos trouxe grandes impactos ao nível social e económico. Estão aqui elencadas pela Câmara Municipal, algumas das questões mais importantes relativas ao concelho de Angra e, naturalmente, a Câmara Municipal da Praia da Vitória fará chegar também outras preocupações relativas ao concelho vizinho.

Sem prejuízo de tudo isto, destaco algumas áreas que merecem a nossa especial atenção, especialmente no que respeita à saúde, porque ainda não sabemos muito bem como vamos sair desta crise pandémica e já se fala de uma quinta vaga. A esse propósito deve ser deixada uma palavra neste Conselho de Ilha porque há uma redução muito substancial dos recursos destinados à mitigação da pandemia. Eventualmente, o mais

grave terá já passado, mas mesmo assim estamos a falar de uma redução de cerca de 15 milhões de euros no ano 2021 para cerca de 6 milhões em 2022. Devemos ter em consideração os termos em que foi feita esta proposta por desconhecermos ainda os recursos que venham a ser necessários para a saída desta crise.

Para além destas questões da área da saúde, colocam-se outras preocupações, designadamente algo já recorrente que tem a ver com a disponibilidade de médicos de família na ilha Terceira. Estávamos a evoluir nesse domínio e estamos a reduzir recursos, contrariamente ao que seria desejado. Dou como exemplo a freguesia do Posto Santo que se tem ressentido com a perda do médico de família que lá se deslocava uma vez por semana. O Porto Judeu estava com o mesmo problema e, ao que julgo saber, passa-se o mesmo com a freguesia de S. Bento em que, cerca de 1 800 utentes ficam prejudicados com a saída da médica de família. Como referiu o senhor presidente da Câmara de Angra, não tendo diretamente a ver com o plano de investimentos, nunca é demais referir estas questões relacionadas com a atratividade e a fixação de médicos de família que também estão previstas no plano.

No domínio económico, há um aumento muito considerável no que diz respeito às dotações previstas para o setor empresarial. Estamos a falar praticamente de uma duplicação de verbas em relação àquilo que está a ser executado este ano já com muita dificuldade. O Governo Regional reviu em baixa as dotações previstas para o setor empresarial em 2021, uma área que sofre um aumento de mais do dobro para 2022, o que nos deixa preocupados devido à capacidade de execução revelada em 2021 e a previsão para 2022.

Esta é uma questão que merece a atenção de todos. A ilha Terceira ficou como se percebeu a respeito daquilo que eram as agendas mobilizadoras e agora importa perceber o que está especificamente previsto naquele valor superior a 100 milhões de euros para as empresas em 2022.

A Câmara de Angra do Heroísmo coloca também aqui outras questões relacionadas com a cultura, nomeadamente os investimentos associados à defesa e preservação do património com as obras da Igreja das Concecionistas da Santa Casa da Misericórdia e da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, duas intervenções importantes na recuperação de património histórico que transitam do ano passado e voltam a estar previstas este ano com dotações que nos parecem insuficientes para o desenvolvimento destas empreitadas, como referiu e bem o senhor presidente da Câmara Municipal de Angra.

Muito foi já aqui dito acerca de estradas mas gostaria de referir um aspeto que me parece relevante. Se, de facto, o desenvolvimento de alguns projetos e a definição de prioridades permitia avançar com algumas obras em 2022 no PRR, se calhar, o plano propriamente dito e os recursos diretamente disponíveis no orçamento da região deveriam ser canalizados para outras ilhas que não possuem esses projetos tão avançados e onde seria possível fazer uma reabilitação mais profunda de algumas estradas.

Destacando outros assuntos também relevantes, parece-me haver algumas boas notícias que talvez cheguem com um ano de atraso acerca do que tive a oportunidade de mencionar o ano passado na discussão do plano. O Centro Interpretativo do Algar do Carvão tinha o procedimento público concursal em condições de ser lançado já no final de 2020 e não foi sequer incluído no plano de 2021. Consta agora do plano para 2022, embora ainda com verbas muito residuais, o que não se percebe porque estão garantidos fundos do plano operacional anterior para a execução desta obra, um recurso importante da nossa ilha em termos turísticos e uma enorme valorização do nosso património natural.

As questões relacionadas com os transportes marítimos e aéreos são também merecedoras de alguma reflexão da nossa parte. Como já foi aqui dito, não nos devemos iludir com aquela distribuição de verbas que não respeita o critério *per capita* porque, o que conta, são as obrigações de serviço público. Após um primeiro lançamento, o processo esteve em reapreciação e a verdade é que este novo não é melhor do que o primeiro.

Muito se tem já falado acerca dos transportes marítimos mas não atingimos ainda o ponto de maturidade desejável para a ilha Terceira, um assunto também merecedor de reflexão por parte deste Conselho de Ilha.

No que respeita à solidariedade social e habitação, não é feita referência expressa aos bairros de Nossa Senhora de Fátima na Praia da Vitória e da Terra Chã em Angra do Heroísmo, dois investimentos muito importantes de requalificação de bairros sociais, aos quais deve ser dada prioridade. Há bem pouco tempo foram atribuídas habitações na Praia da Vitória e é importante que se proceda à conclusão daquele investimento a bem das famílias e do próprio ambiente social daquele aglomerado habitacional.

Apesar da existência de um projeto, o processo referente à Terra Chã não conheceu desenvolvimentos ao longo do corrente ano. Como se sabe, houve um revés devido à impossibilidade de execução por parte da empresa à qual tinha sido adjudicada a empreitada, mas havia condições para se avançar com um novo concurso público o que, segundo sei, não aconteceu.

Em jeito de nota final e no que toca ao setor social, neste plano de investimentos apenas é conhecida a conclusão da empreitada de remodelação da creche e jardim-de-infância da AFARIT. Há outras questões já assinaladas por outros partidos políticos em anos anteriores acerca da necessidade de avançarmos com o processo de dotação de equipamentos para o apoio à infância na zona noroeste da ilha Terceira, algo que não se vê refletido neste plano de investimentos. Falo designadamente de centros de ocupação de tempos livres e de creches nessa mesma zona.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Gostaria de informar os senhores conselheiros que a Câmara do Comércio solicitou à SATA o envio dos mapas comparativos das anteriores Obrigações de Serviço Público, visto que aquelas que foram agora

adjudicadas com início a dia 1 de novembro são as mesmas desde 2015 sem que tenham sido sujeitas a qualquer alteração.

Houve todo aquele debate que levou à tomada de posição já aqui referida e o senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo disse-nos há pouco que o processo terá sido parado pelo senhor vice-presidente do Governo, tendo sido enviado para Bruxelas exatamente o mesmo mapa que vinha desde 2015. O que pode alterar agora aqui é a operacionalização dessas OSP's que poderá fazer toda a diferença, algo que ainda não temos. A Câmara do Comércio não teve ainda acesso a esses mapas.

Deixo aqui a sugestão para que o Conselho de Ilha solicite à SATA e ao Governo Regional o mapa comparativo da operacionalização das Obrigações de Serviço Público de 2019/2020 e o que foi previsto para 2021/2022 para que tenhamos a noção exata do que poderá vir a ser o anúncio feito pelo senhor Secretário dos Transportes acerca de um possível aumento da centralização do aeroporto de Ponta Delgada. Se estiverem de acordo, solicitaríamos ao Governo Regional e à administração da SATA que nos enviem esses mapas.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Gostaria de partilhar também convosco algumas reflexões e uma ou outra preocupação. Como disse na minha intervenção inicial, é muito importante a busca de compromissos, que também se alcançam através da atitude e das palavras que utilizamos. Se a tendência de alguns, através da sua linguagem, atitude e perspetiva, for a promoção de um ataque às propostas do Governo, embora essas propostas possam ser atacadas em alguns aspetos, a reação natural dos outros é a defesa dessas mesmas propostas e assim nunca chegaremos a acordo dentro desta casa.

A senhora deputada Andreia Costa sabe que tenho por ela um grande respeito desde há muitos anos, mas traz para aqui o discurso e o estilo do debate da Assembleia Legislativa Regional…

Sra. conselheira Andreia Costa (PS): Não fiz nada disso.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): Os deputados do PSD não estão aqui presentes porque têm jornadas parlamentares em Ponta Delgada. Se cá estivessem, está-se a ver que responderiam à senhora deputada e acabaríamos por transportar para o Conselho de Ilha, o ambiente e o estilo de debate da ALR. Deixemos para a Assembleia Legislativa Regional o que é da Assembleia Legislativa Regional, até porque os senhores deputados do PS, do PSD, do CDS-PP, do BE, do PCP, do CHEGA ou da Iniciativa Liberal, têm mecanismos próprios para manifestarem as suas posições. Deixo aqui esta preocupação, sob pena de cairmos numa discussão bipolar – no sentido de dois polos – com argumentos que são habitualmente utilizados na ALR em que uns acabarão por atacar as instituições, enquanto outros tentarão defendê-las.

Sei que às vezes é difícil mudar de casaco e assumir outras posições. É difícil também para mim mas precisamos de algum discernimento de linguagem para atingirmos objetivos que mereçam a concordância de todos no sentido de darmos mais força a este Conselho

de Ilha. Não sendo assim, estaremos aqui a expressar as opiniões do PS, do PSD, dos parceiros sociais, etc. e o Conselho de Ilha perde a sua força. Como podem adivinhar, este é um processo negocial muito complicado porque todos estivemos já de ambos os lados, fomos posição e oposição e sabemos como estas coisas correm. Talvez eu seja um pouco naïf e idealista mas penso que é perfeitamente possível chegarmos a algumas conclusões.

Há determinados números que devem ser analisados com cuidado. Quando se olha, por exemplo, para o Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira e se vê o valor de 11 247 705,00 €, poderá pensar-se que se trata de um grande investimento mas não é o que acontece porque este é um esquema que foi engendrado para pagar o hospital de Angra. Não vou entrar em discussão sobre esses aspetos, estou apenas a dizer que todos estes milhões são para pagar uma renda. Foi uma solução mas devemos evitar certos tipos de discussão.

Estou em completo desacordo com este esquema de financiamento, assim como não concordo com os buracos que se deixaram e com as barrigas de aluguer que se criaram para meter dívida. Se enveredarmos por este tipo de discussão, estaremos perfeitamente partidos, cada um dirá o que quiser e o Governo Regional também olhará para o Conselho de Ilha da forma que quiser. Faço este aviso porque não deixarei de responder quando considerar as intervenções partidariamente tendenciosas. Bem sei que podemos chamar a atenção para algumas dotações que são insuficientes e outras situações que gostaria de ver clarificadas, mas não devemos trazer para aqui questões de origem partidária.

Falando de alma aberta, a estrutura de ilha do Partido Socialista fez um comunicado a semana passada, dizendo que os voos da Terceira para o exterior são muito menos do que no passado e estão reduzidos à mínima espécie. Comecei a ser pressionado para responder em nome do PSD, dizendo que nada disso se passava, que tudo estava muito melhor ou pelo menos igual e devíamos ir por esse caminho, mas recusei fazer essa conferência de imprensa por uma razão muito simples: é que, neste momento em 2021, a situação dos voos está exatamente igual ou ligeiramente melhor em relação àquilo que se passava em 2019.

O que consta do comunicado do Partido Socialista não corresponde à realidade mas considero também que, em termos de política aérea, a utilização do aeroporto das Lajes deve ser muito reforçada e não aceito abordagens como a centralidade do aeroporto de Ponta Delgada. Não vou assumir uma posição no sentido de contrariar o que o Partido Socialista afirmou – embora tal não corresponda à verdade – porque acho que a situação não satisfaz as nossas espectativas e necessidades e não é uma questão de pandemia.

Embora tenha resolvido não responder, acho que a situação não está bem e deve ter outra abordagem e fundamento. Como o senhor presidente deste Conselho acabou de referir, temos que solicitar mais informações para não fazermos afirmações sem conhecermos exatamente os dados que estão em cima da mesa. Precisamos de procurar os dados; os senhores deputados precisam de procurar os dados.

No que respeita a dotações, se os 15 milhões do ano passado foram reduzidos para 9 milhões este ano ou se a pandemia vem aí outra vez, etc., etc., etc., estou certo que, seja qual for a sua cor política, o Governo Regional nunca deixará de responder à pandemia. Uns responderão com mais, outros com menos habilidade e uns considerar-se-ão mais competentes do que outros, mas não me parece que no país ou na nossa região, se deixe de responder à pandemia caso haja necessidade de financiamento. Se constam lá 9 milhões de euros e vierem a ser precisos 50 milhões, estou certo de que aparecerão mais 41 milhões.

Este é um daqueles casos em que não nos é possível chegar a um consenso porque a argumentação não me parece relevante, mas estarei totalmente disponível para abordar o assunto se me disserem que precisamos de conhecer o processo de reestruturação da SATA para a podermos financiar. Grande parte deste plano e orçamento é condicionado pelo financiamento à SATA e sou dos tais que defende uma auditoria à companhia. Nunca porei em causa a SATA regional mas, no que diz respeito à SATA que sai dos Açores, é uma questão de custo/eficácia/benefício. Aqui está uma situação em que podemos assumir uma atitude bastante crítica em relação ao Governo, dizendo que não podemos tomar uma posição porque desconhecemos as razões para que este plano esteja todo condicionado pelo financiamento da SATA. Já agora e a respeito de certas situações, tenho defendido também uma clarificação total da forma como se chegou aos valores e como se pensa resolver o assunto.

Finalmente, a partir do momento que os açorianos viajam entre ilhas por 60 euros, não será possível manter contratos milionários com certas empresas de transporte marítimo de passageiros e de automóveis. Tendo em conta a importância desse tipo de transporte marítimo para que as pessoas se desloquem às festas Sanjoaninas na ilha Terceira, à Maré de Agosto em Santa Maria ou à ilha de S. Jorge, estou de acordo com a filosofia de que os passageiros viajem de avião e utilizem os meios de transporte que as ilhas de destino tiverem ao dispor porque este arquipélago não tem apenas uma ilha e as restantes oito devem ter a possibilidade de viabilizar o mercado local. Esta é apenas a minha perspetiva, partindo do princípio que poderá não haver acordo entre nós a respeito desta questão.

Desculpem o entusiasmo da intervenção mas, como disse no início, se calhar venho para aqui um pouco idealista e muito ingénuo, convencido de que é possível pôr para trás das costas, os elogios e as ferroadas para que possamos chegar a um entendimento que reforce a nossa posição. Quando vir que não é possível mudar qualquer tipo de modelo e que sou realmente um idealista, terei com certeza quem me substitua dentro da Assembleia Municipal de Angra porque deixarei de acreditar neste consenso, mas neste momento acredito que é possível e muito necessário.

Durante muitos anos dependemos do Terreiro do Paço e ao longo dos últimos anos vimos dependendo cada vez mais do Palácio da Conceição ou outra coisa que lhe queiram chamar. Chamemos-lhe o que quisermos, o que também não aceito porque não foi para isso que foi construída a autonomia.

Não tenho qualquer problema que me chamem bairrista cada vez que digo isto em público ou em privado porque o bairrista não sou eu; estou a defender nove ilhas dos Açores, quando vejo outros a defenderem apenas a sua. Sou mais regionalista do que muitos dos que me chamam bairrista. Tem que ser esta a perspetiva e ninguém mais tem capacidade para o afirmar, por isso ponho todas as espectativas neste Conselho de Ilha.

Senhora deputada Andreia Costa, não fique zangada comigo. Não temos tido a oportunidade de falar, apenas estou a pôr para fora aquilo que sinto e aprecio-a tanto agora como a apreciava especialmente há trinta anos.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Se me permitem a prorrogativa como presidente destes órgãos, gostaria de adicionar aqui alguma informação. Sendo a primeira vez que aqui estou, a ideia que tinha é que os anteriores Conselhos de Ilha eram demasiado partidarizados, algo que sempre me causou algum desconforto.

Quando partidarizamos um Conselho de Ilha, perdemos credibilidade. Sabendo que todos temos as nossas convicções políticas e partidárias, também em nome da instituição que aqui represento, peço-vos que deixemos os partidos de parte e tentemos cingir-nos àquilo que diz respeito à defesa da ilha Terceira que está tão ou mais ameaçada do que antes. Peço-vos que nos debrucemos sobre este plano e investimento e nos foquemos o mais possível na nossa realidade sem perdermos a ideia macro do que deve ser um plano da região. Temos que fazer essa avaliação porque ninguém o fará por nós e fora daqui os partidos falam sempre mais alto, sejam eles quais forem.

A ilha Terceira neste momento não está mal servida de ligações com o exterior, muito pelo contrário. Houve um forte reforço por parte da SATA e a Ryanair está como nunca esteve com um aumento dos voos. Houve uma diminuição de três voos semanais da TAP que foi amplamente compensada pelas restantes ligações das outras duas companhias, mas esta é uma falsa questão porque, se nada for feito, a Ryanair corre o risco de ir embora em novembro do ano que vem e a verdade é que este Governo nada fez para garantir a continuidade daquela companhia na ilha Terceira, o que muito me preocupa como membro do Conselho de Ilha. Se há mais ou menos ligações ou se a culpa é do PS ou do PSD, para mim é absolutamente irrelevante e temos que garantir o futuro da Ryanair na nossa ilha. Dou-vos um exemplo prático: os 120 milhões de euros que estavam previstos no plano para investir na SATA dariam para pagar 120 anos de operação da Ryanair na ilha Terceira.

São estas as situações que temos que discutir e estudar sem bairrismos ou partidarismos. Na minha opinião, o Conselho de Ilha deve manifestar a sua preocupação devido à possibilidade de a Ryanair abandonar a Terceira em novembro de 2022, sendo também claros os sinais dados pelo Governo da República de que não se vai repetir o apoio dado pelo Turismo de Portugal à operação daquela companhia na ilha Terceira.

Sr. conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Peço aos senhores conselheiros que prestem atenção ao que está escrito a negrito no parecer da AICOPA

que temos nas nossas mesas, um aspeto extremamente relevante que foi debatido neste Conselho de Ilha no ano passado. Não tinha dado por isso e pensei que esta questão tinha desaparecido, mas afinal mantém-se e tem a ver com a centralização das empreitadas numa secretaria sediada em S. Miguel, algo que terá um efeito potencialmente devastador sobre o mercado das obras públicas na Terceira. Este Conselho de Ilha manifestou-se o ano passado contra esta opção e a AICOPA pronuncia-se por outras razões, obviamente relacionadas com o setor da construção civil. É extraordinariamente negativo para as empresas com sede na ilha Terceira, o facto de todos os concursos referentes a obras nas escolas ou outras quaisquer, passarem a ser feitos em S. Miguel.

Sei que os concursos se processam de forma eletrónica e parece que esta matéria se resolve através da internet, mas a verdade é que somos humanos, continuamos a precisar de falar uns com os outros e de estabelecer um conjunto de relações. A senhora delegada das Obras Públicas na Terceira necessita de uma relação mais próxima com as empresas que tapam os buracos aqui e isso tem muito peso. É importante voltarmos a referir no nosso parecer a situação que a AICOPA levanta no documento que temos em cima da mesa porque esta centralização não é nada positiva e revela-se uma ameaça para o setor da construção civil na ilha Terceira.

Na sequência das intervenções anteriores, lembro que este Conselho de Ilha aprovou por unanimidade nos últimos anos, todos os seus pareceres referentes aos planos e orçamentos da região, o que demonstrou a nossa capacidade em encontrar as tais pontes interpartidárias que resultaram num peso muito maior das pronúncias emitidas por este Conselho, o que não seria possível se cada um seguisse com as suas posições. Espero que seja possível manter essa postura, já que, quando o PS foi Governo na região, os eleitos pelo partido souberam encontrar os contactos e as pontes necessárias no sentido de se aprovar pareceres aceitáveis por todas as partes que defendessem os interesses da ilha Terceira.

Nunca estive aqui em defesa do Governo mas sim, dos interesses de quem me elegeu, que foi o povo deste concelho. Creio que devemos manter essa postura e faço o apelo no sentido de continuarmos a procurar as linguagens necessárias para tentarmos aprovar por unanimidade os respetivos pareceres, à semelhança do que fizemos ao longo de todo o mandato passado. Os senhores deputados poderão fazer uma intervenção diferente porque não irão votar o parecer e os membros votantes deste Conselho terão que assumir posturas no sentido de dizerem aquilo que é preciso em defesa do povo e da economia da ilha Terceira sem se preocuparem se o atual Governo é do PSD ou do PS.

Durante a minha presidência, estava eu ali sentado, foram aqui aprovados pareceres bastante mais duros do que qualquer das intervenções que tenho ouvido aqui hoje. É esse o caminho que temos que seguir, defendendo os interesses das pessoas e das instituições que aqui representamos, algo que tem um peso muito maior do que as questões partidárias. Apelo a essa capacidade de vermos para além dos partidos, porque

não é por aí que se ganham ou perdem as eleições, mas presta-se um bom ou um mau serviço às pessoas que confiaram em nós.

Sra. conselheira Andreia Costa (PS): Na minha primeira intervenção esqueci-me de mencionar duas questões que me parecem merecedoras de reflexão por parte deste Conselho, relacionadas com a agricultura e com as pescas.

Estava prevista o ano passado uma intervenção no porto da Vila Nova, embora com um valor muito residual de 762 euros, uma ação que não consta este ano. Talvez seja importante procurar clarificar se a mesma ainda faz sentido e deve ou não ser reivindicada pelo Conselho de Ilha. O parecer da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo refere as questões relacionadas com o porto de S. Mateus, algo que também não posso deixar de mencionar.

A situação é mais genérica no que diz respeito à agricultura. Apesar de termos aqui presente um representante da Associação Agrícola, não quero deixar de referir a questão do preço do leite na Terceira e outras situações que motivaram a manifestação dos agricultores esta semana e são também merecedoras de alguma reflexão por parte do Conselho de Ilha.

Como nota final e prometendo não voltar a intervir nesta sessão, lembro que na minha primeira intervenção não fiz qualquer referência às ligações aéreas com o exterior e apenas mencionei as OSP's na sequência da preocupação manifestada pelo senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Falei também da situação da pandemia porque me parece que devemos ter consciência que não é um assunto arrumado e mencionei um aspeto que considero positivo relativamente à existência de uma dotação específica, embora de valor inferior à do ano anterior, o que é compreensível. Foi esta a menção que fiz, da mesma maneira que fiz referência a um outro aspeto positivo que é a dotação existente para o Centro Interpretativo do Algar do Carvão.

Despida de preconceitos e de partidarite, procurei a isenção na minha intervenção, fazendo uma apreciação que me pareceu adequada àquilo que se exige neste Conselho de Ilha. Procurei intervir de forma legítima porque faz parte das minhas funções e da representação a que estou legalmente obrigada neste Conselho de Ilha. Não quero que as minhas intervenções sejam, de alguma forma, inibidoras do consenso que sempre foi possível alcançar em momentos anteriores, mesmo com a minha presença. Fiquem descansados que os meus contributos não irão no sentido da desunião dos membros deste Conselho, antes pelo contrário.

Sosseguem-se aqueles que possam pensar que a partir de agora será de forma diferente, porque não será. Não deixarei de dar nota daquilo que é o meu entendimento sobre os documentos que estão em apreciação e este é, de facto, um documento importante e estrutural para a nossa ilha e para toda a região. Muito obrigada pela atenção que me

dispensaram, prometendo que esta foi a segunda parte da minha primeira intervenção e também a última.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): É sempre um prazer ouvi-la, senhora conselheira. Não se coíba de fazer as suas intervenções.

Sr. conselheiro José Toste (AMAH): Muito bom dia a todos os senhores conselheiros. Cumprimento e felicito a Mesa pela eleição, desejando uma profícua direção dos trabalhos deste Conselho de Ilha.

Não tinha prevista qualquer intervenção acerca da apreciação do plano; contudo, pelo idealismo e ingenuidade da minha juventude, permitam-me uma breve resposta ao senhor conselheiro Carlos Costa Neves que aqui referiu e muito bem, que as questões partidárias poderão levar a algum tipo de reação e, da minha parte, não pretendo que seja este o futuro *modus operandi* do Conselho de Ilha.

Como foi aqui referida uma conferência de imprensa ocorrida na semana passada em que fui porta-voz, gostaria de deixar um esclarecimento, embora não me pareça relevante para os nossos trabalhos. Acontece que a comparação era feita com a perspetiva das ligações com a ilha Terceira a partir do estrangeiro no verão IATA 2020 que, como todos sabemos, foi afetado pela pandemia. Apenas se pode aferir se as contas estão ou não corretas com aquilo que for comparável e as contas de somar ou de subtrair são aqui totalmente irrelevantes.

Esquecendo toda e qualquer sigla partidária, o que percebi da intervenção do senhor conselheiro Carlos Costa Neves, é que temos uma preocupação em comum quando partilhou a ideia de que poderíamos estar muito melhor relativamente à capacidade da aerogare civil das Lajes em captar um maior número de voos provenientes do estrangeiro. É também esta a nossa preocupação e considero que toda esta discussão do plano pode e deve sobrepor-se a qualquer interesse partidário.

Foi já aqui referido pelo senhor presidente da Câmara de Angra do Heroísmo que o principal investimento previsto para a ilha Terceira, os 2 937 500,00 € que estão afetos neste plano, têm a ver com a aerogare civil das Lajes mas falta saber se estes 50 mil euros que estão aqui previstos serão suficientes para a captação de fluxos. Haverá certamente outras rubricas mas esta está associada à aerogare civil das Lajes.

Procurando conservar o idealismo e ingenuidade da juventude, deixo esta nota nesta minha primeira intervenção, esperando que seja a última vez que o faça em jeito de reação sem querer atacar porque também não pretendo trazer questões partidárias para o Conselho de Ilha.

Sr. conselheiro José Pimentel Dias (UGT): Acho fundamental um compromisso nas decisões deste Conselho de Ilha que, lembro, não se resume aos representantes do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata. Para além desses membros e dos dez deputados aqui representados – que são muitos – temos mais nove membros que não estão em representação de qualquer partido. Este Conselho de Ilha não se pode resumir

ao discurso da matéria político partidária do PS e do PSD e a UGT Açores procurará intervir sempre para que o diálogo não vá por esse caminho.

Temos aqui dois representantes dos setores empresariais, dois representantes dos movimentos sindicais, dois representantes de associações agrícolas, um representante da associação das pescas, um representante de associações de defesa da igualdade de género nas ilhas que não tenham sede ou delegações e um representante da universidade dos Açores. É muita gente que aqui está para além da questão político partidária e nós, UGT, vamos procurar fazer com que as decisões aqui tomadas sejam sempre um compromisso.

O senhor professor Álamo de Meneses disse e muito bem que, nos mandatos anteriores, os pareceres emitidos pelo Conselho de Ilha relativos a esta temática foram sempre aprovados por unanimidade e espero que sempre assim aconteça.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Julgo que ninguém minimizou o trabalho dessas entidades e neste Conselho de Ilha é sempre muito útil e necessária uma discussão abrangente.

Sr. conselheiro Francisco Ventura (AAIT): Cumprimento a Mesa recentemente eleita e os restantes senhores conselheiros. Muito bom dia a todos.

Como representante da Associação Agrícola da Ilha Terceira e no que respeita ao plano e orçamento para o ano 2022, devo fazer aqui referência a algo que já foi tornado público no parecer da federação sobre a redução de cerca de 10% comparativamente ao orçamento de 2021, uma nota negativa tendo em conta as adversidades que o setor agrícola atravessa no momento. Deixo também aqui a informação de que, na próxima sexta-feira, haverá em Angra do Heroísmo uma manifestação pacífica de produtores de leite e de carne da ilha Terceira que foi devidamente autorizada e contará com a colaboração da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da PSP.

Apesar das dificuldades que atravessa neste momento, o setor agrícola da ilha Terceira evoluiu bastante devido ao incentivo de vários quadros comunitários de apoio. Com a perspetiva de melhorarem os seus rendimentos e as condições de trabalho, as explorações agrícolas investiram com apoios da região e da União Europeia mas também com capital próprio e ficaram com encargos, acabando por cair agora numa crise devido ao aumento drástico do custo dos fatores de produção como, por exemplo, o combustível, sem as devidas atualizações dos preços de venda do leite e da carne.

Continuando a expressar as minhas preocupações em nome da Associação Agrícola da Ilha Terceira que aqui represento, as pessoas continuam a demonstrar uma grande vontade de investir mas há quem esteja à espera de resposta aos pedidos de pagamento que levam já atrasos de quatro, cinco e seis meses. Estamos a falar do pagamento de cerca de um milhão de euros, uma questão que preocupa imenso a nossa associação e dificulta seriamente a vida e a tesouraria dos nossos agricultores. Não pretendendo fazer qualquer crítica ao Governo, é preciso que percebam do que estou aqui a falar e tem que

haver celeridade na resolução destas situações. O incumprimento dos prazos de pagamento complica imensamente a vida dos agricultores e das empresas porque há dinheiro investido, juros bancários e moratórias que é preciso cumprir.

Alguém tem que fazer alguma coisa acerca de uma outra situação que é transversal à região e a todo o país. Refiro-me ao código cooperativo, uma questão já relatada a todos os partidos que foram recebidos pela associação. O último partido que recebemos foi o CHEGA de André Ventura a quem sugerimos uma alteração do respetivo código, que apenas permite votações por delegações e não, um voto por cada sócio, o que torna tudo mais complicado porque há muitos interesses pelo meio, além de outras situações.

Gostaria que saísse deste Conselho de Ilha uma posição endereçada ao Governo Regional e ao Governo da República com vista à alteração deste código cooperativo. Algumas cooperativas preferem o sistema de um voto por cada sócio, à semelhança do que acontece com a Cooperativa Agrícola da Ilha Terceira e com a Cooperativa Agrícola Sebastianense, mas a votação na UNICOL funciona por delegações, assim como na LACTOGAL que é a cúpula da UNICOL.

A cadeia agrícola tem que ter um valor digno, caso contrário, fica em risco toda a agricultura. Os colegas agricultores da ilha Terceira e dos Açores em geral dizem que toda a gente está muito desanimada e descapitalizada. A cada dia que passa, mal acorda e se levanta, a necessidade de alimento é um dado adquirido de qualquer cidadão e não sei o que vai acontecer se as pessoas não tiverem rendimentos.

Sem qualquer desprimor para os outros setores, a agricultura é o principal motor de tudo isto na ilha Terceira e em toda a região. No continente não é dada a devida importância à produção de leite e há explorações a fechar todos os dias. Nos Açores, existem já terrenos e explorações à venda mas ninguém as quer.

Há ilhas em pior situação do que a Terceira e é cada vez mais assustador o reduzido número de jovens que se dedicam à agricultura. Numa reunião decorrida há dias, o meu colega da ilha das Flores disse existirem naquela ilha apenas três agricultores entre os 18 e os 30 anos de idade, sendo a grande franja acima dos 50.

Há que olhar com olhos de ver para todos os setores da agricultura porque está toda a gente estrangulada e mantém-se a velha história de que tanto se fala com o leite a ser vendido a 25, 26 ou 27 cêntimos por litro, o mesmo preço de há 25 ou 30 anos, equivalente a 52 escudos na moeda antiga. O meu pai já vendia a esse preço quando saí da escola aos 12 anos, um valor muito baixo em comparação com o preço a que comprava o adubo, a ração e o combustível. Se não olharmos para a agricultura com olhos de ver, corremos o sério risco de não podermos garantir os bens essenciais de consumo no futuro.

Sr. conselheiro Valter Peres (AMPV): Peço desculpa por intervir fora de tempo, visto que pedi a palavra aquando da intervenção do senhor conselheiro Carlos Costa Neves. Sendo certo que ninguém precisa que intervenha em sua defesa, não me parece que tenha

havido aqui nenhuma intervenção desajustada na forma nem no conteúdo. Sendo deputados, sindicalistas ou em representação de qualquer outra instituição, procuramos trazer sempre aqui uma matriz política e cultural e a nossa opinião é importante, sim.

Os consensos são importantes e os unanimismos nunca, desde que haja respeito sobretudo na forma. As opiniões de cada um devem ser aqui plasmadas como as do professor Álamo e da doutora Andreia Costa, que até me vão ajudar a uma melhor leitura e interpretação deste plano e orçamento.

É óbvio que as nossas opiniões vêm a reboque da nossa matriz política e é essa pluralidade que nos enriquece. Ao longo dos próximos quatro anos na discussão deste ou daquele projeto, se me vier à cabeça a intenção da crítica, ela tem que sair. Se servir para que se vote a favor ou contra, essa é outra questão que ficará à responsabilidade de cada um. Deixo bem claro que não me coibirei de dar a minha opinião, seja ou não seja unânime.

Sr. conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Começo por cumprimentar todos os senhores conselheiros aqui presentes, sendo que alguns têm feito parte deste Conselho nos últimos quatro anos.

Tenho a sensação de um déjà vu porque os assuntos que temos hoje em cima da mesa vêm de há quatro anos quando iniciei as minhas funções como membro deste Conselho de Ilha. O senhor Pimentel Dias tem toda a razão quanto ao boletim de voto e repete-se a questão das partidarizações, algo que aconteceu literalmente há quatro anos mas com outros personagens.

Começo por dizer que não estou satisfeito com o plano e orçamento para a região autónoma dos Açores no que respeita à ilha Terceira porque sabe a poucochinho. Há aqui questões que podemos considerar boas mas há outras menos boas. Houve alguma continuidade neste plano e orçamento como, por exemplo, a tarifa dos Açores, a regularização das carreiras profissionais da saúde e dos professores, os aumentos no complemento açoriano do abono de família e da pensão, o COMPAMID, a comparticipação aos doentes deslocados, etc. O plano contempla algum crescimento nestes apoios sociais mas poderíamos ter ido um pouco mais além no que diz respeito a algumas necessidades resultantes do efeito pandémico que ainda estamos a passar.

Olhando para as grandes rubricas ou *eyelines* referentes a investimentos previstos para a ilha Terceira, o que salta mais à vista é a continuação do pagamento de uma dívida, neste caso do hospital de Santo Espírito, que faz parte do contrato de concessão que foi feito há sete ou oito anos. É este o melhor investimento previsto para a ilha Terceira.

Olhando para os números maiores, verificamos uma mera continuidade de planos de governos anteriores. A situação do porto da Vila Nova, referida há pouco pela senhora conselheira Andreia Costa, tem a ver com os taludes que não aparecem aqui referenciados e estes 1,8 milhões de euros referentes ao porto da Praia da Vitória têm feito parte dos orçamentos dos últimos dois ou três anos. Vemos também aqui algo que

sempre foi defendido que é a mudança das empresas do parque empresarial tecnológico da Beira-mar na Praia da Vitória para as ditas casas dos americanos no bairro de Santa Rita e os percursos pedestres da serra de Santa Bárbara constam também do plano desde há dois ou três anos.

Este é um orçamento de alguma continuidade com o pagamento de compromissos, que devem ser honrados e pagos pelas pessoas de bem, mas não fico satisfeito pelo facto de continuarmos constantemente a pagar algo que vem de trás e nos deixa limitados em termos de financiamentos para o futuro.

Existem aqui outros pequenos sinais que gostaria de destacar. Pela primeira vez nos últimos anos, fala-se efetivamente aqui de um projeto de 75 mil euros para a ampliação do porto da Praia da Vitória e consta também uma rubrica de 50 mil euros para a realização de um estudo; é um sinal, mas tudo isto é muito pouco e este Conselho de Ilha terá que fazer com que deixemos de andar permanentemente de estudo em estudo e passemos à concretização.

Uma outra medida bastante simples mas extremamente necessária para a nossa economia, sobretudo para os nossos exportadores, passa pela aquisição de contentores com vista ao aumento da capacidade de armazenamento em frio para que os armadores locais possam exportar os seus produtos. 130 mil euros para a aquisição de meia dúzia de contentores de frio de dez pés poderão ter um efeito verdadeiramente multiplicador.

A obra de remodelação da aerogare civil das Lajes há muito que é ambicionada e este Conselho de Ilha deve fazer uma recomendação ao Governo Regional no sentido da criação de uma rubrica com vista ao melhoramento da sua operacionalidade. O terminal de cargas não tem condições e sabemos que os *players* estão com imensas dificuldades em lá trabalhar. Como poderá ser confirmado pelo senhor conselheiro João Ângelo, representante da FRUTER aqui no Conselho de Ilha, sempre que é necessário o armazenamento a frio, alguém tem que lá estar às 03 horas da manhã para conseguir despachar a carga no próprio dia.

A aerogare civil das Lajes necessita de uma enorme revisão no seu terminal de cargas que não está ajustado às necessidades de transporte de carga aérea nos tempos que correm. Por outro lado, ressalvo também aqui o valor aproximado de 3 milhões de euros para obras de conservação, manutenção e apetrechamento. Apesar de não ter assim tantos anos, a aerogare civil das Lajes está a necessitar também de uma forte intervenção no seu terminal de passageiros.

Por via da privatização, já aqui abordada a em reuniões anteriores deste Conselho de Ilha, ou através de outro mecanismo qualquer, além da necessidade de intervenções na sua infraestrutura, a aerogare civil das Lajes precisa de uma gestão adequada para se tornar num agente de captação de novas rotas para a ilha Terceira. No que toca ao número de voos, está em pé de igualdade comparativamente a 2019, o que é muito pouco e nada disto tem a ver com a pandemia. Ambicionamos muito mais, a própria Câmara do

Comércio tem defendido afincadamente o aumento de rotas para a ilha Terceira e é necessária a implementação de novas políticas porque o aeroporto de Ponta Delgada está muito mais à frente em relação a 2019.

Independentemente das questões partidárias, temos que fazer estas reivindicações aqui no Conselho de Ilha. Há pouco falei do déjà vu porque este assunto foi debatido nesta mesma sala há quatro anos e todas estas reivindicações foram aprovadas por unanimidade ou com maiorias muito claras.

Espero que este Conselho de Ilha seja verdadeiramente ouvido e estes assuntos tidos em consideração. Nos últimos quatro anos emitimos cinco pareceres e temos um memorando válido desde a altura em que o doutor Roberto Monteiro saiu da Câmara Municipal da Praia da Vitória, contendo um conjunto de projetos e intenções que continuam válidas passados quatro anos.

Se o parecer que sair deste Conselho de Ilha não for tido em consideração, vamos todos às nossas vidas e nada muda, daqui a três meses voltamos a reunir para emitirmos um novo parecer e tudo continuará na mesma. Espero que possamos fazer algo diferente nesse sentido.

Sr. conselheiro João Ângelo (FRUTER): Cumprimento e desejo um bom dia a todos os senhores conselheiros.

Toda a gente sabe que diminuiu a capacidade de frio no novo terminal de cargas da aerogare civil das Lajes e no caso da FRUTER, tudo se torna ainda mais complicado quando temos que fazer a descarga das próteas em caixas de cartão nos dias de chuva. Existe lá um raio-x para paletes mas continuamos a ter que passar caixa a caixa. Já se falou com todas as entidades no sentido de lá ser colocado um contentor de frio como aquele que existia no antigo terminal, o que melhoraria resolveria para já a situação das empresas. Anteriormente a carga chegava no dia anterior, ficava em frio e o problema ficava resolvido; agora é preciso ir para lá no próprio dia de manhã cedíssimo. Por estranho que pareça, pura e simplesmente nunca se conseguiu pôr lá um contentor de frio.

Sr. conselheiro Vítor Silva (CGTP): Antes de mais, quero dar os parabéns ao senhor presidente e aos restantes membros da Mesa deste Conselho de Ilha, desejando que o vosso trabalho seja muito profícuo, por ser também o nosso trabalho.

Da parte da CGTP, através da nossa participação e contributo, continuaremos a assumir o compromisso de sempre de procurar melhorar a vida dos terceirenses. É esse o nosso objetivo enquanto elementos deste Conselho e é nesse sentido que devemos continuar a trabalhar.

Reconhecendo este plano como sendo um instrumento de trabalho fundamental, a sua execução é um elemento que muito nos preocupa porque, na sua maioria, os planos apresentam sempre um défice muito significativo em relação à sua execução e este parecer servirá de memorando a apresentar em futuras reuniões que teremos com o

Governo Regional nas suas visitas estatutárias à ilha. Assim, teremos a oportunidade de fazer um balanço e um ponto da situação no mais curto espaço de tempo acerca do que foi efetivamente executado e do que falta executar.

Esta discussão é extremamente válida e poderá vir a ser muito útil no futuro. Assumimos este compromisso, não só com a nossa participação no Conselho de Ilha, mas também fora dele, e prometemos continuar a lutar por todas as medidas que considerarmos importantes.

Como tenho agendada uma reunião da CGTP regional para esse dia, não poderei participar na reunião do Conselho de Ilha da próxima terça-feira mas entregarei o nosso parecer ao senhor presidente da Mesa, no qual começaremos por destacar a nossa preocupação em relação ao setor primário, nomeadamente a agricultura e as pescas. A nossa região tem que produzir mais e não se pode alterar esta situação com uma diminuição de verbas no plano e orçamento.

Uma outra situação que muito nos preocupa e tem vindo a aumentar é a precariedade da vida dos trabalhadores, algo que temos alguma dificuldade em perceber. Quando se fala em precariedade, não significa apenas um emprego instável, é porque se tem uma vida instável. Quando não há condições de trabalho, muito dificilmente se pode construir um projeto de vida. Não se pode pensar em adquirir casa nem em constituir família porque há um conjunto de limitações criadas por essa precariedade.

Muito mais do que a precariedade laboral, é a precariedade e a instabilidade da própria vida, um dos problemas que se mantém e até se acentua. Em junho do corrente ano, o número de trabalhadores em situação precária em relação à função pública era de 12,7%, tendo aumentado em relação ao mesmo mês de 2020, cuja percentagem era de 12,3%, e mais ainda comparativamente aos 9% que se verificavam no ano de 2012. A precariedade não pode continuar a aumentar na ilha Terceira e nos Açores.

Procuramos trazer aqui os temas que poderão ser mais consensuais, por isso tivemos também em atenção, a formação e a qualificação dos nossos trabalhadores. Um trabalhador qualificado, formado e com mais instrumentos é um trabalhador mais válido. Não ganha apenas o trabalhador por possuir mais habilitações, ganham também as próprias empresas e os serviços. Sendo mais competitivo e produtivo, esse trabalhador vai prestar um melhor serviço à empresa ou desempenhará melhor as suas funções na administração pública porque poderá ser o rosto dos que fazem atendimento ao público e recebem as pessoas. Quanto melhor for a formação, melhor será a nossa administração pública e essa é uma questão essencial.

Uma outra situação que nos parece importante tem a ver com a segurança e a saúde no trabalho. Temos levantado muitas vezes esta questão porque, infelizmente, os Açores são a única região do país onde, todos os anos, continuam a acontecer acidentes de trabalho mortais. Podemos conciliar a formação em saúde e segurança no trabalho, procurando diminuir aquilo que para nós não é aceitável porque estamos a falar da perda de vidas

humanas, o que pode ser corrigido através de uma aposta direcionada para a formação e sensibilização na área da saúde e segurança no trabalho.

Um último aspeto que não quero deixar de referir tem a ver com a igualdade de género. Falamos muito sobre o assunto mas, do ponto de vista prático, o que se vê é exatamente o contrário e é urgente alterar esta situação. Sabemos que se trata de um problema estrutural e de mentalidades que levará décadas a alterar mas temos que começar já a dar passos concretos, caso contrário vamos continuar a falar do assunto enquanto continua a aumentar a diferença de salários entre homens e mulheres, além de outras questões relacionadas com as categorias profissionais e o acesso ao trabalho.

Olhando para a composição deste Conselho de Ilha, vejo claramente a prova de que esta situação tem que ser efetivamente corrigida. Da parte da CGTP continuaremos a assumir este compromisso porque, apesar das nossas divergências e usando uma expressão do senso comum, «muito mais é o que nos une, do que aquilo que nos separa».

Sra. conselheira Vânia Ferreira (presidente da CMPV): Começo por cumprimentar a Mesa pela sua recente eleição, desejando as maiores felicidades e saúdo também todos os senhores conselheiros aqui presentes. Muito bom dia a todos.

Peço desculpa por não me ter manifestado no início desta reunião porque optei por ouvir respeitosamente todos os conselheiros aqui presentes que, de alguma forma, demonstraram terem feito uma avaliação prévia deste documento, algo que não pude fazer, por isso apresento desde já as minhas desculpas. Trata-se obviamente de um documento de extrema importância que não tive oportunidade de analisar devido ao preenchimento da minha agenda e também porque não esperava que esta reunião fosse marcada em tão curto intervalo de tempo.

O professor Álamo fez aqui um balanço da situação do que importa ao concelho de Angra do Heroísmo, algo que eu também gostaria de ter feito mas não tive essa possibilidade. Dessa forma, gostaria de vos dizer que farei chegar essa reflexão ao Conselho de Ilha até à próxima sexta-feira e assumo o compromisso de, sempre que me seja possível, vir cá com todo o sentido de responsabilidade em defesa dos interesses da Praia da Vitória e da ilha Terceira em geral, porque é para isso que cá estamos.

Sr. conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Agradeço a participação de todos. Relembro que as propostas para elaboração do nosso parecer terão que ser enviadas até à próxima sexta-feira dia 12 de novembro às 12h30m para o endereço de correio eletrónico que têm ao vosso dispor. Em conjunto com os serviços de apoio ao Conselho de Ilha, iremos elaborar um texto procurando compilar todas estas informações que enviaremos a todos os senhores conselheiros, o mais tardar até ao final do dia 15 de novembro. Como lembrou o doutor Domingos Cunha, os *timings* são muito curtos, mas vamos ver se as coisas correm bem. Voltaremos a reunir-nos aqui no dia 16 de novembro às 09h30m para uma nova sessão de avaliação do texto que vos será enviado no dia 15 de

novembro para que possam ser acrescentadas algumas adendas que venham a ser necessárias.

Antes de terminarmos esta reunião, gostaria de deixar uma nota em nome da Câmara do Comércio acerca do que foi dito em relação à aerogare civil das Lajes, salientando o auxílio que tem sido prestado pelas câmaras municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória no que respeita à promoção daquela infraestrutura.

A Câmara do Comércio tomou a liberdade de criar um departamento de turismo que tem trabalhado de forma muito afincada na promoção do «Destino Ilha Terceira», do qual esperamos obter em breve alguns resultados. Os processos comerciais levarão naturalmente mais tempo mas deixo-vos aqui a informação que conseguimos marcar presença na maior feira internacional de companhias aéreas em representação do nosso aeroporto, o que foi possível graças ao contributo da Câmara Municipal de Angra e ao compromisso assumido com a Câmara Municipal da Praia da Vitória. Trata-se de algo novo na dinâmica da nossa ilha, por isso a Câmara do Comércio não quer deixar passar a oportunidade de agradecer o empenho destas duas entidades.

Sr. conselheiro Carlos Costa Neves (AMAH): É importante clarificar que o Governo Regional tem representação no Conselho de Ilha, por isso gostaria de saber se foi indicado o respetivo representante.

Sr. conselheiro Domingos Cunha (presidente da AMAH): Respondendo ao senhor conselheiro Carlos Costa Neves, apesar das muitas insistências que foram feitas pela via oficial, pessoal e mesmo telefonicamente, até agora não nos foi indicado qualquer representante do Governo Regional para integrar o Conselho de Ilha da Terceira. Esperamos que nos seja dada essa indicação num futuro próximo.

A reunião deu-se por encerrada por volta das 13h38m do dia 10 de novembro de 2021, da qual se elaborou a presente ata que vai assinada pelos membros da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira presentes.

_____

Marcos Duarte Machado do Couto

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

_____

Paulo Manuel Martins Luís